

ENTRE O ESQUECIMENTO E A RESISTÊNCIA: A GESTÃO NECROPOLÍTICA DA PANDEMIA NAS PERIFERIAS URBANAS.

Rodrigo Camurça Ayres¹

Resumo: O presente artigo traz à tona um material escrito originalmente durante os anos mais intensos da pandemia de Covid-19 (2020-2022). Em 2025, como tentativa científica de não esquecimento e como gesto de resgate de uma memória que ainda hoje me afeta sensivelmente, decido publicar este texto. A escolha de manter a forma original da escrita, no tempo presente, permite preservar a densidade do momento vivido e, ao mesmo tempo, realizar uma reflexão crítica desde o agora, atualizando os sentidos da pandemia (2020-2022) e seus desdobramentos sociais. O presente artigo propõe uma análise crítica, de natureza autoetnográfica, das discussões promovidas durante um grupo de estudos intitulado "Conflitos Sociais nas Periferias Brasileiras", desenvolvido em colaboração entre os grupos de pesquisa Observatório Fluminense (UFRRJ) e Distúrbio – Dispositivos, Tramas Urbanas, Ordens e Resistências (UERJ). A reflexão parte da conjuntura pandêmica iniciada em 2020 considerando como tal contexto atravessou os debates acadêmicos e afetou subjetivamente os participantes. Com base em observações das intervenções intelectuais e militantes apresentadas ao longo do grupo de trabalho, buscou-se compreender os efeitos das políticas públicas — ou da ausência destas — sobre os corpos marginalizados durante a pandemia (2020-2022). O trabalho estabelece conexões entre as políticas sanitárias de emergência e os procedimentos de desaparecimento simbólico de corpos, sobretudo os racializados e periféricos, explorando a continuidade histórica desses dispositivos de invisibilização desde a ditadura militar até a pandemia de Covid-19 (2020-2022).

Palavras-chave: necropolítica. Pandemia. periferias urbanas. rituais fúnebres. exclusão social.

Between oblivion and resistance: the
necropolitical management of the pandemic in urban peripheries.

Abstract

This article brings to light a text originally written during the most intense years of the Covid-19 pandemic (2020-2022). In 2025, as a scientific attempt to resist oblivion and as a gesture of rescuing a memory that still affects me deeply, I have decided to publish this work. The decision to preserve the original writing style, in the present tense, allows for maintaining the density of the lived moment while simultaneously enabling a critical reflection from the present, updating the meanings of the pandemic (2020-2022) and its

¹ Rodrigo Ayres Almeida Camurça é doutor em Ciências Sociais pelo PPCIS/UERJ (2024), mestre em Ciências Sociais (UFJF, 2016), graduado em Turismo (UFJF) e graduando em Ciências Sociais. Atua nas áreas de Antropologia do Turismo e Antropologia Política, com ênfase em imaginário, lazer, hospitalidade e políticas públicas. Atuou como pesquisador do Museu Ciência e Vida/Fundação Cecierj e integrou o Observatório de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia, com foco em públicos, mediação e educação museal. Foi bolsista FAPERJ Nota 10 e integrou o Instituto de Estudos da Religião (ISER) em pesquisas sobre religião, participação política e desigualdades sociais. É professor conteudista da Faculdade Cásper Líbero e foi mediador acadêmico em disciplinas de Turismo e Ciências Humanas no CEDERJ/CEFET-RJ. Tem experiência na formação e orientação de estudantes, organização de eventos acadêmicos e ações de extensão em turismo, cultura, cidade e educação popular.

social consequences. This article proposes a critical, autoethnographic analysis of the discussions carried out within a study group entitled "Social Conflicts in Brazilian Peripheries", developed in collaboration between the research groups Observatório Fluminense (UFRRJ)¹ and Distúrbio – Dispositivos, Tramas Urbanas, Ordens e Resistências (UERJ)². The reflection arises from the pandemic context that began in 2020, considering how such a situation permeated academic debates and subjectively affected the participants. Based on observations of the intellectual and activist interventions presented throughout the working group, the aim was to understand the effects of public policies — or their absence — on marginalized bodies during the pandemic (2020-2022). The study establishes connections between emergency health policies and the symbolic disappearance of bodies — particularly racialized and peripheral ones — exploring the historical continuity of these mechanisms of invisibilization from the military dictatorship³ to the Covid-19 pandemic (2020-2022).

Keywords: necropolitics. Pandemic. urban peripheries. funeral rituals. social exclusion.

Entre el olvido y la resistencia: la gestión necropolítica de la pandemia en las periferias urbanas.

Resumen

El presente artículo saca a la luz un material escrito originalmente durante los años más intensos de la pandemia de Covid-19 (2020-2022). En 2025, como un intento científico de no olvido y como un gesto de rescate de una memoria que aún hoy me afecta profundamente, decido publicar este texto. La decisión de mantener la forma original de la escritura, en tiempo presente, permite preservar la densidad del momento vivido y, al mismo tiempo, realizar una reflexión crítica desde el ahora, actualizando los significados de la pandemia (2020-2022) y sus consecuencias sociales. Este artículo propone un análisis crítico, de carácter autoetnográfico, de las discusiones promovidas en el grupo de estudios titulado "Conflictos Sociales en las Periferias Brasileñas", desarrollado en colaboración entre los grupos de investigación Observatório Fluminense (Ufrj)¹ y Distúrbio – Dispositivos, Tramas Urbanas, Órdenes y Resistencias (UERJ)². La reflexión parte de la coyuntura pandémica iniciada en 2020, considerando cómo dicho contexto atravesó los debates académicos y afectó subjetivamente a los participantes. Con base en observaciones de las intervenciones intelectuales y militantes presentadas a lo largo del grupo de trabajo, se buscó comprender los efectos de las políticas públicas —o de su ausencia— sobre los cuerpos marginados durante la pandemia (2020-2022). El trabajo establece conexiones entre las políticas sanitarias de emergencia y los procedimientos de desaparición simbólica de cuerpos, sobre todo los racializados y periféricos, explorando la continuidad histórica de estos dispositivos de invisibilización desde la dictadura militar³ hasta la pandemia de Covid-19 (2020-2022).

Palabras Clave: necropolítica. Pandemia. periferias urbanas. rituales fúnebres. exclusión social.

Introdução

Boa parte deste texto, originalmente escrito durante o auge da pandemia, não foi publicado naquele momento devido à forte implicação emocional e ao impacto direto dos acontecimentos sobre o próprio ato de escrever, o que exigiu um distanciamento temporal para que a análise pudesse ser elaborada em toda a sua complexidade. Tal decisão não deve ser interpretada como sinal de fragilidade intelectual, mas como um gesto de honestidade metodológica e de responsabilidade científica diante de um contexto histórico em que a própria possibilidade de viver estava sob ameaça. A pandemia de Covid-19 (2020-2022) representou um acontecimento-limite, uma experiência coletiva de incerteza radical na qual não sabíamos se estaríamos vivos no dia seguinte, se nossos familiares resistiriam ou mesmo se a própria civilização suportaria as transformações trazidas pelo vírus e suas cepas, entendidas aqui como variantes genéticas resultantes de mutações que podem alterar a transmissibilidade, a virulência e os impactos da doença sobre os corpos humanos.

Ao reconhecer a necessidade de tempo para transformar a experiência imediata em reflexão crítica, este trabalho assume uma postura epistemológica coerente com a tradição das ciências sociais, que compreende a produção do conhecimento não como um exercício de neutralidade absoluta, mas como um processo situado, atravessado por afetos, condições materiais e contextos históricos específicos. Trata-se de admitir que a escrita acadêmica, especialmente em momentos de catástrofe global, não se constrói à margem da vida, mas em diálogo direto com ela, e que o distanciamento não apaga a implicação do pesquisador, antes a aprofunda, permitindo que a análise alcance camadas mais densas e significativas.

Mais do que enfraquecer o texto, essa dimensão autobiográfica o fortalece, pois revela que ele não foi produzido no conforto do retrospecto ou na segurança de um tempo estabilizado, mas no coração de um período em que a ciência, a sociedade e a própria ideia de futuro estavam sendo colocadas à prova. Ao situar a pesquisa dentro da experiência concreta do medo, da perda e da urgência, experiências que foram universais e definidoras do período pandêmico, o texto reafirma a relevância do testemunho como categoria analítica e ética. Nesse sentido, a memória afetada que aqui se apresenta não é obstáculo, mas condição fundamental para compreender a profundidade do que vivemos e para elaborar, com rigor e humanidade, as lições políticas e sociais que a pandemia (2020-2022) nos impôs.

Em contextos marcados por traumas coletivos e políticas de extermínio simbólico e material, torna-se tarefa inadiável à ciência social a preservação da memória e a elaboração crítica do vivido. Este artigo propõe-se a lançar luz sobre um dos períodos mais dramáticos da história recente brasileira, a pandemia de Covid-19 (2020-2022), com especial atenção às práticas necropolíticas que orientaram a gestão pública sob o governo de Jair Messias Bolsonaro. Frente ao risco permanente de apagamento e naturalização da violência de Estado, a análise aqui apresentada busca reafirmar o papel da produção científica como espaço de resistência e denúncia, comprometida com a justiça histórica e com o reconhecimento dos sujeitos cujas vidas foram, sistematicamente, negligenciadas.

Ao mobilizar a reflexão proposta por Achille Mbembe (2016), torna-se possível compreender que o exercício do poder estatal, em determinados contextos históricos, ultrapassa a lógica do biopoder descrita por Foucault e se manifesta como necropoder, isto é, como a capacidade soberana de decidir quem pode viver e quem deve morrer. A necropolítica, enquanto racionalidade de governo, opera pela administração

seletiva da morte, pela criação de espaços onde o Estado exerce o direito de matar e pelo controle sobre os corpos considerados descartáveis. No caso brasileiro, durante a pandemia (2020-2022), essa racionalidade não apenas estruturou decisões políticas, como se fez presente na omissão deliberada diante da catástrofe sanitária, na desinformação institucionalizada e na escolha consciente de expor parcelas específicas da população, sobretudo os corpos negros, periféricos e empobrecidos, à morte evitável.

A reflexão parte de um ciclo de debates acadêmico-políticos que reuniu pesquisadores, militantes e agentes públicos em torno da produção de conhecimento situado sobre as múltiplas formas de violência, exclusão e resistência nas periferias urbanas brasileiras. Longe de qualquer neutralidade analítica, adota-se uma perspectiva etnograficamente implicada, que reconhece no corpo do próprio pesquisador um território atravessado por vivências de luto, indignação e solidariedade. A escolha metodológica recai sobre a autoetnografia crítica, não como relato subjetivo autocentrado, mas como instrumento teórico capaz de articular experiência vivida, ação política e análise sociológica, especialmente em contextos onde o testemunho também é forma de intervenção (Ellis; Adams; Bochner, 2011).

Trata-se de uma análise que não ignora o lugar de onde se fala: um corpo socialmente implicado nos enfrentamentos diários contra a desigualdade, atuante em espaços de militância e engajamento político. O corpo afetado pela pandemia de 2020-2022 revela-se como território de intersecção entre dimensões biológicas, sociais e políticas, nas quais o adoecimento ultrapassa a esfera orgânica para inscrever-se na experiência coletiva de vulnerabilidade e desamparo. A crise sanitária expôs a precariedade das estruturas de proteção social, a indiferença institucional e a disseminação deliberada da desinformação, compondo um quadro de sofrimento ampliado. Tal perspectiva dialoga com o

conceito de sindemia, segundo o qual a pandemia não se apresenta como evento biológico isolado, mas como um sistema de interações sinérgicas entre doenças e contextos sociais de desigualdade, produzindo efeitos agravados sobre populações historicamente vulnerabilizadas (Singer, 2009). Sob a liderança de Bolsonaro, o Estado brasileiro operou escolhas conscientes que agravaram a disseminação do vírus, sabotaram políticas de proteção social e propagaram uma ideologia negacionista que resultou na morte de centenas de milhares de pessoas, muitas das quais poderiam ter sido salvas. À luz da teoria de Mbembe (2016), essas decisões não podem ser compreendidas apenas como falhas administrativas, mas como manifestações concretas de um projeto necropolítico que, ao hierarquizar vidas e definir quais corpos merecem proteção e quais são descartáveis, transforma a morte em instrumento de governo.

A memória desses corpos silenciados, cujas mortes foram tratadas como números descartáveis, exige uma ciência social disposta a tensionar os limites entre análise e testemunho. Dialogando com autores como Peirano (2006), Wacquant (2002) e Oliveira (2000), o artigo investiga os modos como as populações periféricas foram afetadas pela pandemia (2020-2022), mas também como resistiram, reinventaram redes de cuidado e construíram formas alternativas de sobrevivência e solidariedade. É nesse entrecruzamento entre o vivido e o analisado que a autoetnografia crítica se inscreve como ferramenta fundamental para narrar, compreender e denunciar.

Assim, mais do que uma reflexão sobre o passado, este trabalho constitui um esforço contínuo de manutenção da memória social, em face de uma política deliberada de esquecimento. Frente à brutalidade das escolhas operadas pelo governo Bolsonaro, torna-se imperativo pensar a produção científica como espaço de memória, denúncia e elaboração crítica dos desastres fabricados por gestões que

elegeram a morte como projeto de governo, um cenário que, como aponta Mbembe (2016), evidencia a plena vigência de uma política da morte no Brasil contemporâneo. É importante destacar logo no resumo que a repetição das análises, ideias e conceitos é uma forma de manutenção deste sentimento vivido em 2020 e tem o intuito de que o sentimento permaneça vivo ao ler este texto.

Diagnósticos Contemporâneos sobre a Marginalização nas Periferias: neoliberalismo, violência e estratégias de resistência

Ao ser declarada oficialmente em março de 2020, a pandemia de Covid-19 revelou e aprofundou as desigualdades estruturais que há décadas marcam as periferias urbanas brasileiras. Os territórios periféricos, marcados por décadas de omissão institucional, foram os mais atingidos por uma crise sanitária que escancarou a fragilidade das políticas públicas e a seletividade da ação estatal. A leitura de relatórios técnicos, produções acadêmicas e exposições públicas durante o primeiro ano da crise permite observar como a gestão da pandemia (2020-2022) operou por meio de lógicas necropolíticas e seletivas, afetando de modo desproporcional corpos racializados e empobrecidos (Mouffe, 2013).

Para fazer uma síntese desse tema: toda ordem é política e se baseia em alguma forma de exclusão. Sempre existem outras possibilidades, que foram reprimidas e que podem ser reativadas. As práticas de articulação por meio das quais se estabelece uma determinada ordem e se determina o significado das instituições sociais são 'práticas hegemônicas'. Toda ordem hegemônica é passível de ser desafiada por práticas anti-hegemônicas, isto é, práticas que tentarão desarticular a ordem existente para instalar outra forma de hegemonia (Mouffe, 2013, p.17)

A racionalidade neoliberal demonstrou, nesse período, sua faceta mais perversa ao transformar a pandemia (2020-2022)

em oportunidade para consolidar práticas de governo ancoradas na escassez, na precarização e na repressão seletiva. Sob o argumento da crise, ampliaram-se processos de remoção urbana, desmonte de políticas sociais e expansão da lógica da “uberização” do trabalho. A pandemia (2020-2022) funcionou como catalisadora da desigualdade, acentuando a precariedade estrutural dos modos de vida periféricos e expondo a falsidade da neutralidade técnica dos dispositivos estatais. A ausência de medidas sanitárias eficazes nos territórios populares revela, mais do que negligência mas uma racionalidade orientada pela exclusão programada (Magalhães, 2020; Freire, 2019; Feltran; Sanjurjo, 2020).

Em resposta à omissão governamental, a sociedade civil e os movimentos sociais periféricos mobilizaram redes de solidariedade que buscaram mitigar os efeitos do colapso estatal. Ações como distribuição de alimentos, produção de cartilhas populares e denúncias públicas configuraram práticas de enfrentamento à necropolítica. Enquanto o Estado recuava de suas responsabilidades básicas, eram as comunidades que organizavam respostas concretas à pandemia (2020-2022), enfrentando não apenas a doença, mas também operações policiais e campanhas de desinformação que agravavam o cenário de insegurança (Defensoria pública do estado do rio de janeiro, 2020; Fórum Grita Baixada. 2020).

As mulheres, especialmente mães periféricas, vivenciaram um agravamento das violências estruturais no contexto pandêmico. Em territórios controlados por milícias, facções ou forças policiais, o cotidiano foi atravessado por ameaças constantes, medo e luto. A pandemia (2020-2022) reforçou a invisibilidade do sofrimento feminino, sobretudo entre aquelas que perderam familiares para a Covid-19 ou para a violência armada durante o isolamento. O estigma da “mãe nervosa”, frequentemente atribuído a essas mulheres, revela a incompreensão institucional sobre suas formas de luto e

resistência, e reforça uma lógica patriarcal de deslegitimação da dor (Birman; Pierobon; Fernandes, 2021).

Nessa gestão da vida em guerra são os homens, jovens e negros os que seriam passíveis de matar e morrer e são as mulheres mães/irmãs/esposas, majoritariamente negras, quem têm que lidar com o cotidiano do sofrimento, com os modos de refazer suas vidas e, muitas vezes, com a responsabilidade de reconstrução da vida daqueles que estão a sua volta (Birman; Pierobon; Fernandes, 2021, p.33)

A dimensão ambiental, frequentemente ausente dos debates sanitários, também foi atravessada pela pandemia (2020-2022). A construção de barragens e grandes empreendimentos seguiu em curso durante o período mais crítico da crise, muitas vezes sem protocolos adequados de segurança. A pandemia (2020-2022) foi instrumentalizada para acelerar projetos de licenciamento e enfraquecer os mecanismos de consulta às populações atingidas. Isso escancarou uma continuidade de políticas extrativistas que, mesmo diante de uma emergência global, mantiveram a lógica da exploração predatória e da invisibilização de comunidades tradicionais (Scalabrin, 2020; Mab, 2020).

No mundo do trabalho, os impactos da pandemia (2020-2022) atingiram de forma particularmente cruel os setores mais vulneráveis. A paralisação econômica imposta pelas medidas de isolamento não foi acompanhada por um plano emergencial eficiente, o que aprofundou a precarização de categorias já fragilizadas. Trabalhadores informais, autônomos e terceirizados enfrentaram a escolha entre a exposição ao vírus e a fome. Nesse contexto, a memória das lutas sindicais ganhou novo sentido: em meio ao desmonte dos direitos trabalhistas, as antigas formas de organização coletiva foram retomadas como instrumentos de reivindicação, resistência e sobrevivência diante do colapso econômico (Pessanha 2020).

A crise sanitária também agravou as já alarmantes condições do sistema carcerário brasileiro. A superlotação e a insalubridade dos presídios transformaram-nos em verdadeiros epicentros de contaminação. Internos, agentes penitenciários e familiares vivenciaram o abandono completo por parte do Estado, que falhou em garantir o acesso a cuidados médicos, higiene básica e testagem. (Mallart, 2020).

A educação pública, durante o primeiro ano da pandemia (2020-2022), enfrentou o desafio de garantir acesso ao ensino remoto em contextos marcados por exclusão digital, insegurança alimentar e ausência de infraestrutura básica. A escola, antes espaço de sociabilidade e proteção, foi esvaziada de suas funções mais elementares, e as políticas públicas demonstraram total despreparo para lidar com as desigualdades educacionais preexistentes. Simultaneamente, setores conservadores aproveitaram o vácuo pedagógico para promover pautas moralistas, reforçando a criminalização simbólica de estudantes pobres e periféricos.

A religiosidade neopentecostal, por sua vez, revelou-se um dos dispositivos centrais de organização subjetiva durante a pandemia (2020-2022). Igrejas evangélicas, mesmo diante de restrições sanitárias, mantiveram suas atividades, muitas vezes transgredindo normas, como forma de reafirmação comunitária (Cortes, 2020; Machado, 2020).

Neste dossiê trata da resistência de lideranças evangélicas ao fechamento de seus templos. O debate conduzido pelos autores busca evidenciar como, no caso das lideranças analisadas em sua pesquisa, essa resistência ao fechamento se articulava a um cenário político e econômico mais amplo (Cortes, 2020; Machado, 2020, p.18)

Para grande parte da população periférica, o templo tornou-se espaço de conforto emocional, mediação simbólica da dor e organização do luto. Contudo, esse acolhimento não esteve isento de contradições: ao reforçarem discursos que

vinculavam a pandemia (2020-2022) à responsabilidade moral individual, lideranças religiosas deslocaram a ênfase do cuidado coletivo para a superação pessoal, em consonância com o ethos neoliberal (Machado, 2020).

Analizando o caso, Caponi (2020:217) ressaltou que Bolsonaro e seus pares religiosos estariam alinhados com uma razão neoliberal que defende a manutenção da economia às custas da vida humana. A autora lembra que o neoliberalismo produz “modos de ser” de um sujeito que “reivindica por sobre todas as coisas sua liberdade de correr e assumir riscos” e que “acredita ser responsável absoluto por seus êxitos e fracassos, sem nada dever ou pedir ao Estado”. Tais percepções vão ao encontro do que propôs Almeida (2019), ao constatar que uma das linhas de força que compõe a conjuntura político-religiosa no Brasil atual é empreendedora e meritocrática, o que possui espelhamento no incentivo ao empreendedorismo feito por igrejas pentecostais (Guerreiro et Almeida, 2021, p.55).

Nesse palco, atuam grupos e líderes que mobilizam projetos religiosos institucionais, mas também econômicos e político-partidários. Quando esses três aspectos se encontram fortemente aderidos, suas proposições devem ser analisadas no jogo de xadrez multidimensional em que todos esses três tabuleiros se movem juntos — sobre a dimensão econômica deste debate (Machado, 2020, p.8).

Essa gramática do “eu” também se fez presente em comunidades terapêuticas laicas, que reproduziram narrativas de autossuficiência e mérito individual como condição para a superação da crise. Nesse contexto, a centralidade do “eu”, entendido como sujeito autossuficiente e responsável apenas por si, obscureceu a noção de sociedade e enfraqueceu práticas de solidariedade, dificultando a construção de respostas coletivas à crise sanitária. A presença das chamadas comunidades terapêuticas também se expandiu durante a crise sanitária, acolhendo sujeitos em situações de vulnerabilidade extrema (Cortes, 2020; Machado, 2020).

O discurso da cura e da regeneração ganhou força como resposta à exclusão social agravada pela pandemia (2020-2022). Contudo, quando pensamos em Centro de Tratamentos (CTS), em ambos os modelos — religiosos e laicos —, observou-se a reprodução de dispositivos disciplinares, sustentados por normas rígidas e pela responsabilização moral do indivíduo por sua própria queda e recuperação. As CTs se consolidaram como espaços ambíguos: ao mesmo tempo que acolhem, moldam condutas e silenciam conflitos estruturais, deslocando a causa da exclusão para o interior do sujeito (Cortes, 2020; Machado, 2020).

Assim, a pandemia (2020-2022) de Covid-19 funcionou como catalisadora de processos já em curso, tornando mais visível a articulação entre políticas neoliberais, racismo estrutural, fundamentalismo religioso e necropolítica institucional (Mbembe, 2016).

Mbembe mostra que a morte, enquanto objeto de gestão, foi apropriada pelo poder político. Na necropolítica, cabe ao poder político apontar quem deve morrer. Cabe, ainda, administrar situações que levem à morte. Isto ocorre porque certos territórios seguem permanentemente submetidos ao controle das condições necessárias para a sobrevivência dos indivíduos. A necropolítica não é fenômeno isolado; está interligada à própria reprodução do capitalismo na contemporaneidade (Bontempo, 2021, p.1).

Argumentei que as formas contemporâneas que subjuguam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror. Demonstrei que a noção de biopoder é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte. Além disso, propus a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de

vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos” (Mbembe, 2016, p.146).

Os mecanismos de gestão da vida e da morte foram mobilizados seletivamente, agravando as desigualdades e tensionando os limites da democracia. As resistências que emergiram desse cenário não devem ser romantizadas, mas compreendidas como expressões de uma luta por dignidade que se dá em meio ao luto, ao medo e à escassez. O ano de 2020 não foi apenas o marco de uma crise sanitária, mas o retrato ampliado de uma sociedade profundamente desigual e violentamente (des)governada..

Pandemia: corpos desapreciados/esquecidos e ritos fúnebres incivilizados

Em 2025, decido publicar este trecho que havia escrito durante o auge da pandemia (2020-2021) de Covid-19, mas que, à época, optei por não divulgar por me sentir profundamente afetado pela realidade que descrevia. O impacto daquele momento era tão intenso que se tornou difícil transformar em escrita científica aquilo que atravessava meu corpo e minha memória de maneira tão visceral. Hoje, ao revisitar este material, percebo que ele continua atual e necessário. Reforço e reforçarei sempre que o esquecimento, como advertiu Pollak (1989), não se dá apenas pelo silêncio, mas também pela ausência de registros que interrompam o apagamento sistemático das experiências e das vidas que não foram devidamente lamentadas ou lembradas. Como já dito ao longo do texto e acredito ser necessário reforçar, decidir não alterar o tempo verbal deste trecho, mantenho o presente como forma de preservar a densidade e o engajamento da escrita produzida sob afetação mais do que um registro, trata-se de contribuir para uma memória social que se recusa a esquecer.

Dando seguimento à proposta deste trabalho, passo a apresentar a exposição de Desirée Azevedo (CAAF/Unifesp), com moderação da pesquisadora Liliana Sanjurjo (UERJ). Destaco este tema pois foi um dos que mais me chamou atenção ao longo deste ciclo e também o mais desafiador em termos de refletir; conviver com certo conformismo diante do que está vigente e escrever sobre ele, tendo que organizar estas reflexões e tentar ter uma afetação mínima no campo das emoções.

Este debate gira em torno das orientações do Ministério da Saúde (MS) do Brasil quanto ao manejo dos corpos, pretensamente, infectados pelo novo coronavírus e de seus desdobramentos, que culminam em uma política de exceção. Diversos corpos não identificados e muitas vezes não diagnosticados, sob a justificativa de se evitar a contaminação dos profissionais de saúde, são esquecidos e enterrados em valas comuns. Tal dinâmica remete diretamente ao que Mbembe denomina de topografias reprimidas de crueldade (Mbembe, 2016. p.122-150), em que o Estado administra não apenas a vida, mas também o destino dos corpos, definindo quais são dignos de luto e quais serão reduzidos ao esquecimento. Isso proporciona uma reflexão sobre que corpos são esses e se essa política não expressa, mais uma vez, um processo histórico de clivagem social, em que indivíduos à margem da sociedade são dizimados e esquecidos em buracos coletivos. O número exorbitante de cadáveres enterrados e identificados com apenas uma sigla, D3, traz à tona, para além do debate urgente da atualidade sobre os corpos dispensáveis, majoritariamente negros, pobres e favelados, uma associação direta com a política implementada durante a Ditadura Militar (1964-1985), quando agentes do regime enterravam corpos de guerrilheiros apenas com a sigla T de terroristas (Araujo; Mallart b, 2020; Azevedo; Nadai; Sanjurjo b, 2020).

No caso, convém destacar como foi esvaziado o caráter simbólico do processo civilizador que constitui os rituais fúnebres (ELIAS, 1990). Isso ocorre quando ritos solidários e coletivos, expressos nas mais diversas crenças religiosas, são convertidos em atos solitários, esvaziados, incertos e rápidos. Não se vê o corpo, apenas uma embalagem lacrada. Este é o processo contemporâneo que caracterizo aqui como ritual fúnebre incivilizado (SILVA a, 2020). Tal cenário ilustra o que Mbembe (2016) aponta como um dos efeitos mais perversos da necropolítica: a dessacralização da morte e a transformação do cadáver em simples objeto de gestão necropolítica.

Aprofundando o debate e dialogando com a literatura do campo, demonstro como uma engrenagem burocrática ineficiente, formulada sob o pretexto de conter a proliferação do vírus em falecidos suspeitos de Covid-19, produz um regime de exceção. Na prática, a política pública do Ministério da Saúde (MS) organiza sepultamentos pela lógica da agilidade e do risco, prepara covas coletivas e naturaliza o esquecimento de corpos marginalizados e considerados dispensáveis. Mesmo quando há identificação por familiares, o que se segue é um rito rápido, técnico e desprovido de sensibilidade pública e comunitária, mais um índice de administração diferencial do luto.

Antes de avançar, insiro dados essenciais que situam o fenômeno como fato social total. Durante a pandemia de Covid-19 (2020-2022), o Brasil registrou oficialmente cerca de 711 mil óbitos, figurando entre os países mais afetados. Estimativas da OMS apontam excesso de mortalidade global de aproximadamente 14,9 milhões de pessoas no período (intervalo: 13,3-16,6 milhões), número quase três vezes superior às mortes oficialmente atribuídas à doença, o que revela a escala do impacto e a subnotificação em diversos contextos (Nature, 2022). No Brasil, só em 2021 somam-se mais de 400 mil mortes, concentradas nas populações mais vulneráveis, evidenciando desigualdades estruturais e a insuficiência de

proteção social (Brasil, 2025). Esses indicadores dimensionam a tragédia e dão lastro empírico à leitura de que a gestão da pandemia se inscreve em uma lógica necropolítica, na qual omissões e escolhas de política pública ampliam a mortalidade evitável.

Assumo, aqui, uma tese clara: a engrenagem normativa que organiza os sepultamentos durante a pandemia não é um efeito colateral de emergência sanitária, mas um dispositivo de governo que transforma a exceção em regra. O léxico técnico: suspeito, agilidade, biossegurança, opera como eufemismo que dilui responsabilidades, legitima a suspensão de direitos funerários e naturaliza a dessacralização da morte. O resultado é um luto administrado que desloca a culpa do Estado para o corpo e para a família, convertendo a dor em questão operacional.

Essa máquina produz seletividade. Reforço que onde faltam diagnóstico e acesso a serviços, a categoria de suspeito incide mais frequentemente sobre pobres e negros. Não se trata apenas de precariedade: é um desenho institucional que combina três operações articuladas: desqualificar o cadáver (reduzido a objeto biológico), acelerar violentamente o tempo social da morte (impedindo rituais) e fragmentar decisões (ninguém decide; a norma decide). Valas comuns e códigos como D3 não apenas sinalizam colapso, mas atualizam topografias de crueldade: ao a quem se negou o direito de aparecer em vida, também se nega o direito de aparecer na morte. O esquecimento, portanto, não é ruído do sistema; é o próprio método.

(...) Em 23 de março que foi publicado um documento intitulado Manejo de Corpos no Contexto do Novo Coronavírus Covid-19, elaborado pelo Ministério da Saúde (Araujo, Medeiros, Mallart c, 2020, p.4 APUD Ministério da Saúde, 25/03/2020).

O texto traz orientações para as equipes de saúde com recomendações para evitar a contaminação a partir do contato direto com os corpos (...) Em 31 de março, foi publicado um outro documento, a portaria conjunta do Conselho Nacional de

Justiça (CNJ) e do Ministério da Saúde, com orientações para a gestão institucional das mortes. Por meio da portaria, na hipótese da ausência de familiares, de pessoas conhecidas do morto ou em "razão de exigência de saúde pública" foram criados procedimentos excepcionais para o sepultamento e a cremação de corpos, que autorizavam a realização desses procedimentos sem o registro civil de óbito, isto é, antes da emissão da certidão de óbito em um cartório de registro civil. Ou seja, a declaração de óbito assinada pelo médico bastaria para possibilitar o enterro ou a cremação, mesmo que aquele morto não fosse reconhecido (Araujo, Medeiros, Mallart d, 2020, p.4).

Finalmente, em 7 de maio foi publicada a portaria conjunta nº2, de 28 de abril de 2020, revisando a anterior e incluindo procedimentos para amenizar as possibilidades de não identificação de pessoas vitimadas, como a proibição da cremação de corpos não identificados ou não reclamados e a adoção de protocolos mais estritos para a coleta e o armazenamento de materiais para a identificação dos mortos (...). Nada indica que a regulação prevista vá assegurar o tratamento adequado às vítimas da crise sanitária, a começar pelo fato de que, como se sabe, entre as normativas e a "ponta", isto é, sua aplicabilidade, há uma multiplicidade de atores, instituições e instâncias do Estado que, em seus agenciamentos concretos, torcem, alteram e produzem novos fluxos (Araujo, Medeiros, Mallart e, 2020, p.5)

Fica nítido com os exemplos acima que essa exigência de agilidade resultou inclusive em trocas de corpos, e que, apesar das tentativas de correção de rumo e de esforços de protocolar uma nova aplicabilidade dos manejos dos corpos, o que se evidencia mais uma vez é o descaso processual histórico que existe com os corpos dispensáveis, em especial neste caso de exceção. Tal desprezo institucional confirma a análise de Mbembe (2016) sobre a hierarquização da morte, na qual o Estado decide quais vidas merecem ser reconhecidas e quais se tornam invisíveis no espaço público. É neste contexto que as emoções de raiva, infelicidade e medo se opera na sociedade e inclusive em mim, gerando uma série de acontecimentos, como manifestações online e em distanciamento nas ruas.

Em alguns casos, apesar das recomendações de distanciamento e dos protocolos de manejo dos corpos, familiares passaram a abrir os caixões a fim de confirmar que aqueles eram seus entes queridos (ARAUJO, MEDEIROS, MALLART f, 2020, p.2 APUD BOECHAT, 29/04/2020), uma vez que houve casos de troca de mortos em unidades de saúde (Araujo, Medeiros, Mallart g, 2020, p.4 APUD Campbell, 24/04/2020; Nascimento, 24/04/2020). Situação semelhante ocorreu em Santo André, na Grande São Paulo, onde a troca ocorreu em um centro Cai hospitalar, após o embalamento dos corpos da senhora Amir Martins da Silva, de 92 anos, e de Francisco Carlos da Silva, de 54 anos, ambos mortos com suspeita de Covid-19 (Portal do Holanda, 09/04/2020). De acordo com o noticiado, quando a família de Francisco entrou em contato com o hospital, foi informada de que não havia nenhum cadáver de homem, mas apenas de duas mulheres. Enquanto ela procurava pelo corpo de Francisco, a família de Amir, por sua vez, já o havia enterrado por engano, até que o hospital constatou o erro e informou ao serviço funerário. Além da impossibilidade de viver o rito fúnebre devido à restrição do velório e da supressão da etapa de reconhecimento, a troca levou os familiares de Amir à repetição do enterro. Por sua vez, os de Francisco tiveram que lidar com a espera pela exumação para, enfim, proceder com o sepultamento na cova a ele destinada. Ainda em Manaus, apesar das valas comuns e do incremento nos serviços funerários, foram noticiados casos de familiares que tiveram que enterrar seus próprios mortos, por falta de coveiros no momento da chegada ao cemitério. É esse o caso dos filhos de Joaquim Lopes da Silva, que, além de enterrarem o próprio pai, tiveram que procurar o corpo por três dias, visto que o mesmo não foi encontrado na unidade de saúde na qual ocorrera o óbito (Araujo et Medeiros et Mallart, 2020, p.2)

Reforço aqui, como um sujeito que viveu e analisou neste período as posturas do Ministério da Saúde (MS), que estas foram uma extensão das políticas sancionadas pelo governo Jair Bolsonaro, tais como: não respeito ao isolamento, incentivo à economia em detrimento da saúde mesmo havendo crescimento empregatício em meio a uma pandemia (2020-2022), desrespeito aos povos originários, intervenções

nas favelas e atos criminosos quanto ao meio ambiente) são uma atualização extremada de um processo histórico de clivagem social, necropolítica e distinção, ou seja, a miséria do mundo que se produz em cima das exclusões (Bourdieu, 1993). O governo Bolsonaro não tomou uma atitude séria que revertere as mais de 195.000 mil mortes, pelo contrário, utilizou de narrativas jocosas e de um negacionismo que reverbera em uma parte da população que se desmascarou e defendeu claramente as práticas históricas de exclusão do direito à vida, principalmente em segmentos da população estigmatizada pela condição periférica de cor e classe. Se eles se esforçam para tentar esconder através do negacionismo em relação à Ciência e das políticas sanitárias escusas, eu (de 2025 também) aqui neste artigo municiado pelos textos e pelas exposições dos palestrantes do grupo de trabalho, deixo bem claro que a política sanitária em relação ao Covid-19 é a política da distinção entre quem é descartado e quem é lembrado e tem seus direitos preservados.

A Covid-19 tornou -se o ponto de captura dos corpos pobres, majoritariamente negros, além de um nó cego que obscurece a realidade, unificando distintas camadas de precariedade em uma mesma zona de indeterminação. O contexto atual parece instaurar uma nova linha de força nos modos de gestão da pobreza, reenquadrando-os em formas de representabilidade que naturalizam as ausências e normalizam as mortes. Em nome do combate ao coronavírus, milhares de corpos são enterrados em valas comuns; portarias, decretos, normativas e leis são emitidos em caráter de urgência, tendo como objetivo autorizar e acelerar o manejo e descarte dos cadáveres, sob a justificativa do perigo da contaminação e propagação do vírus. Nesse cenário, a vala comum é o destino dos corpos das pessoas cujas vidas são consideradas sem valor, tão sem valor que perderam direito a um enterro digno (Araujo, Medeiros et Mallart, 2020,p.8)

A vala comum representa a materialidade e o simbolismo das políticas de propagação do vírus e de exaltação da morte, defendidas e implementadas por um governo autoritário e genocida, que ascendeu aos poderes da República (...) As valas de Manaus, as covas rasas de São Paulo e os cemitérios verticais

no Rio de Janeiro são o elo mais cruel entre os pobres vivos — ou meio vivos, meio mortos — e o espaço da morte (Araujo, Medeiros, Mallart, 2020, p.8 -9)

Reitero deliberadamente este ponto, valendo-me dos interlocutores e palestrantes mobilizados, para sublinhar a proximidade entre essas políticas públicas e as práticas de descarte de corpos na Ditadura Militar: dispositivos que desumanizam e convertem pessoas em signos ou números (no contexto da Covid-19, D3, mesmo sob incerteza diagnóstica; no período autoritário, T, de terrorista). Ambos os casos evidenciam desprezo pela vida, pela memória e pela solidariedade, operando em favor do esquecimento e em tensão com iniciativas de resgate da memória social, inclusive as promovidas pela Comissão da Verdade (2002-2014) (Azevedo; Nadai; Sanjurjo, 2020c). De fato fica claro que assumo a repetição como método. Reiterar argumentos não é excesso, mas estratégia para que a memória cumpra função formativa: transmitir lições às gerações futuras, cultivar empatia e sustentar um compromisso com a vida. Esse uso deliberado da redundância dialoga com Edmund Leach, que a descreve como forma de comunicação capaz de assegurar a recepção do discurso, operando de modo semelhante a um ritual (Leach, 1972, p. 333-337).

No tempo da urgência, em descompasso com os tempos mais alargados das famílias e seus rituais habituais de luto e despedida diante da morte, o protocolo excepcional vinculado à presença do “D3” era a ordem imposta pelo Serviço Funerário Municipal (SFM) paulistano aos corpos que para ali eram enviados com morte confirmada ou morte suspeita por Covid -19. Como órgão responsável pelos fluxos entre locais de morte e inumação, o SFM passou a assinalar, a sua maneira, os cadáveres a serem por eles manejados. Nas palavras de um funcionário a Campbell: “Morreu com mais de 60 anos e teve como causa do falecimento insuficiência respiratória, a gente já carimba D3 (Azevedo, Nadai, Sanjurjo d,2020).

Chama atenção que em outros, não tão distantes, tempos de “exceção”, os corpos de opositores políticos assassinados pela ditadura (1964 -1985) encontraram itinerários semelhantes nesses caminhos burocrático-administrativos (...) A grande marca distintiva dos “desaparecidos políticos” estava, muitas vezes, apenas na letra “T” (de terrorista), esta sim uma marca artesanalmente inscrita na guia de requisição de exame necroscópico emitida pela polícia assim que recebida pelo funcionário do IML. Com essa marca, uma narrativa chegava aos legistas: “morte em troca de tiros com as forças de segurança”, informando-lhes quanto à necessidade de um descarte do mesmo tipo reservado aos “indigentes”(…), em tempos de pandemia vemos a sigla D3 emergir como nova forma de inscrição, um registro documental de periculosidade devido ao risco de contaminação que resulta em corpos marcados e destinados, assim como tantos outros ao longo da história, à cova rasa e à vala comum (Azevedo, Nadai, Sanjurjo,2020,p.5).

A partir de todas essas informações, do passado (2020) e do presente (2025) que explicitam a lógica perversa em relação a morte e aos corpos marcados e o tom de desesperança na minha reflexão, no que diz respeito a uma perspectiva futura de Saúde Pública universal e de direitos igualitários aos cidadãos, e, é de grande valor este último parágrafo do texto de Azevedo, Nadai e Sanjurjo que sintetizam de forma esclarecedora o debate até aqui:

Corpos desimportantes, mortes necessárias, vidas descartáveis. Vemos assim como o tempo da urgência e da excepcionalidade imposto pela pandemia imprimiu novas dinâmicas aos fluxos e manejos dos mortos, reatualizando antigas práticas na lida de corpos historicamente desumanizados. A novidade do tempo presente, portanto, não parece estar tanto na forma, mas na velocidade e na abrangência desses procedimentos de pacificação dos corpos, que agora são alvo de descarte rápido e maciço. Em uma conjuntura marcada pela ampliação generalizada do risco à morte, seja pela pandemia em si seja pela postura do presidente do país— que despreza a vida, incita a violência e

flerta abertamente com discursos autoritários, racistas e eugênico —, prioriza-se a política do descarte dos mortos em detrimento da preservação dos vivos (G1, 02/06/2020) Alinhada à presunção do risco de contágio e disseminação da doença, um dos efeitos mais evidentes de tal postura é fazer a necropolítica (Azevedo, Nadai, Sanjurjo, 2020 f Apud Mbembe b, 2016) se acelerar (no tempo) e se expandir (no espaço), ganhando novo ritmo e escala. Seus efeitos, contudo, continuam a incidir de forma profundamente desigual. Seus maiores impactos seguem reservados, como sempre, aos mais vulneráveis (Azevedo, Nadal, Sanjurjo g, 2020, p.12).

Para finalizar este tema, de forma breve procuro mostrar os desdobramentos desta política aplicada no Brasil na desestruturação dos rituais fúnebres, que aqui tornaram-se incivilizados, numa apropriação que faço de Elias (1990). Atuais rituais tem por função amenizar a dor e fazer referência a memória do falecido, concretizando enquanto rito de passagem simbolizando uma continuidade na ruptura entre aquele que se vai e os que ficam. Mas, o que estamos presenciando com os protocolos atuais (2020) é o distanciamento e a individualização da despedida, assim como, criação da impossibilidade de sentir e ver o ente perdido. Não quero fazer relações ou reflexões sobre se a aplicabilidade da medida é correta em casos de Covid-19, mas entendo que a partir das leituras e do debatido, a forma autoritária com que foi empreendida, se levarmos em conta, sua relação com a postura geral e do Ministério da Saúde de descaso com a pandemia em 2020-2022, geraram inúmeros ritos incivilizados desnecessários.

Minha intenção aqui trazendo este debate é demonstrar a partir de Andreia Vicente Silva (UEP) que as condições sanitárias explicitaram uma diferenciação (a partir da condição social, de classe e cor), um novo normal, uma incivilização nos ritos de despedida e que isto causou grande frustração e um estado emocional afetado nos que

infelizmente tiveram essas experiências. Por isso trago aqui uma citação direta para finalizar este tópico central do meu texto. Ela se debruça sobre as funções sociais, culturais e simbólicas que o rito fúnebre expressa e produz. E também como a partir dessa doença e da (des)política de governo em relação a ela, ele, rito fúnebre é anulado, descaracterizado, com isso acrescentando, para além da situação objetiva da ação mortífera viral, um fosso simbólico entre os envolvidos com a perda. Toda esta situação termina por reiterar a exclusão já experimentada na vida, agora no momento da morte:

No caso dos rituais, sabe-se que servem não apenas para marcar mudanças individuais, mas também para evidenciar relações de pessoas conectadas por laços sociais (Silva, 2020 b, apud Turner, 1953, 2005). A morte é um poderoso desestabilizador desses laços, já que é um momento de evidente modificação nas redes de afeto. [...] O velório é o intervalo em que essas emoções se intensificam no ‘excitamento compartilhado que Durkheim chamou de ‘efervescência coletiva’ (Silva, 2020 c Apud Collins, 2004, p. 105). [...] Há movimentos realizados em comum que operam para chamar a atenção de uns e de outros, para tornar os participantes conscientes de que fazem a mesma coisa e, assim, pensam a mesma coisa. [...] Quando um falecimento acontece, este fato ativa nos enlutados certos padrões sentimentais [...] Ou seja, ao saber de uma morte, o imperativo cultural impõe -nos a demanda de comunicação com as redes de afeto relacionadas ao morto. [...] Entretanto, o novo protocolo sanitário imposto pela pandemia desestruturou essas sequências rituais e desestabilizou as estruturas simbólicas já consolidadas. [...] um ritual não realizado ou desestruturado pode gerar emoções agressivas, como contestação e raiva ou mesmo melancolia e tristeza (Silva d , 2020, p.4).

Em síntese, os rituais de morte cumprem a função de reorganizar laços sociais abalados pela perda, mobilizando emoções e comportamentos coletivos que reforçam a solidariedade moral. O velório, em condições habituais, constitui o espaço privilegiado dessa “efervescência coletiva”

(Durkheim, 1989), onde a sincronia de gestos e a comunicação face a face produzem intersubjetividade e reconhecimento mútuo. A pandemia, ao impor restrições sanitárias, desarticulou esse processo e rompeu com padrões culturais que davam sentido e coesão às experiências de luto. A impossibilidade de vivenciar plenamente tais práticas resultou em frustrações, sentimentos de inconclusão e uma sobrecarga emocional que evidencia a centralidade dos ritos fúnebres na sustentação da vida social em mim, na sociedade brasileira e nos familiares que perderam seus parentes até os dias atuais.

Memória subterrânea e pesquisa situada: por que retomar este artigo.

Este artigo é retomado e finalizado após um intervalo motivado não apenas por questões práticas, mas por uma suspensão afetiva frente à crise sanitária vivida em 2020. Como pesquisador, fui atingido no plano subjetivo, simbólico e também fisiológico pela experiência da pandemia de Covid-19 e pela necropolítica que estruturou sua gestão. Contudo, é fundamental reconhecer que os efeitos mais devastadores daquele período foram sentidos por corpos e territórios historicamente marginalizados. Meu sofrimento, embora real, é menor se comparado à dor e às perdas vivenciadas pelas populações periféricas, negras e empobrecidas do Brasil.

Se hoje decido finalizar e publicar este trabalho, é por compreender que as memórias da pandemia ainda estão em disputa, tanto no campo político quanto acadêmico. E é exatamente essa disputa que mobiliza a escrita. A memória não é apenas evocação do passado; é um campo de tensões, silenciamentos e disputas por reconhecimento. Como enfatiza Pollak, (1989), existem camadas subterrâneas de experiência que resistem ao apagamento e que, muitas vezes, não encontram legitimidade na narrativa oficial.

Ao voltar a este texto, ouvi comentários como “esse tema já foi superado” ou “isso já não é mais ciência”. Tais afirmações reforçam a tendência ao apagamento de uma memória coletiva recente que permanece viva, especialmente entre aqueles que continuam a sofrer os efeitos das políticas públicas adotadas naquele período. Este artigo se insere, portanto, como um gesto de resistência a esse tipo de esquecimento. Sua intenção é afirmar que as ciências sociais têm o compromisso de dar visibilidade à dor social e à resistência de grupos sistematicamente excluídos.

A retomada deste trabalho se ancora na compreensão de que a memória, para além de ser uma construção coletiva, é seletiva e atravessada por relações de poder. Pollak propõe o conceito de “memória subterrânea” para designar esse campo de lembranças não autorizadas que persistem nos corpos, afetos e narrativas de sujeitos que vivenciaram diretamente a violência e o abandono. Esse conceito é central para compreender por que é necessário insistir em uma escrita que recuse o apagamento e se comprometa com o registro do vivido em chave sociológica (Pollak, 1993, p.18).

Por fim, este texto assume que o corpo do pesquisador também é parte do campo. Reabrir este artigo, anos após sua primeira versão, não foi apenas uma decisão racional, mas uma experiência sensível que exigiu atravessar novamente o mal-estar, a angústia e a paralisia que marcaram a pandemia. Escrever, ou reescrever, foi como reabrir feridas que o tempo apenas superficialmente cicatrizou. A memória do isolamento, do medo, das mortes tornadas estatísticas, das cenas que se repetiam no noticiário e na vizinhança retorna agora com outra espessura: a de quem reconhece que não apenas analisava um tempo histórico, mas o vivia com o corpo comprometido, com a respiração acelerada, o sono interrompido e a impotência diante da violência institucional. Essa lembrança, reativada na escrita, se mistura à tarefa de

análise. É justamente nessa zona de tensão que a sociologia encarnada se realiza.

Ainda que este artigo não se proponha como uma autoetnografia formal, ele é atravessado por uma implicação ética e política que não se oculta. Como já indicava Loïc Wacquant, a experiência sensível e o corpo vivido não são obstáculos à produção de conhecimento, mas instrumentos legítimos quando atravessados por uma reflexão teórica e metodológica rigorosa (Wacquant, 2002). Ao expor a presença do pesquisador enquanto sujeito encarnado, não se busca centralizar sua dor, mas reconhecer que há uma verdade concreta naquilo que se vive. E que, na ciência social comprometida, é possível pensar e sentir ao mesmo tempo.

Considerações Finais

A retomada e publicação deste artigo reafirmam o compromisso da pesquisa social com a memória e com a recusa do esquecimento. Ao reler e revisitar o texto produzido durante a pandemia, reconhece-se que o trabalho científico é atravessado por contextos históricos, afetos e responsabilidades éticas. A experiência pandêmica, marcada por perdas e pela omissão estatal, evidenciou a necropolítica como racionalidade de governo e revelou como a morte foi administrada de forma seletiva. Retomar essa escrita é um gesto de resistência diante das tentativas de apagamento e normalização da violência.

O conceito de memória subterrânea, formulado por Michael Pollak, orienta a necessidade de registrar lembranças silenciadas e de reconhecer as vozes que persistem fora das narrativas oficiais. Esse princípio permite compreender a disputa em torno das memórias da pandemia e a importância de dar visibilidade às experiências de grupos periféricos e racializados. O texto reafirma o papel da sociologia em

tensionar o campo da memória e em produzir conhecimento comprometido com a crítica social e com a preservação das experiências que o poder tenta suprimir.

Por fim, reconhecer o corpo do pesquisador como parte do campo é admitir que toda escrita é também uma forma de testemunho. Reabrir as feridas da pandemia, transformando-as em reflexão, é uma forma de afirmar que lembrar continua sendo uma tarefa política e científica. O desfecho deste trabalho não encerra a discussão, mas a prolonga como um convite à continuidade da memória e à responsabilidade coletiva de não permitir que o silêncio substitua a história.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BENETTI, Pedro; CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro Luiz; MEDEIROS, Josué. *A pandemia, o bolsonarismo e a tragédia da democracia brasileira*. Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Seção Especial Reflexões na Pandemia, 2020.

BIRMAN, Patrícia; PIEROBON, Camila. *Viver sem guerra? Poderes locais e enfrentamentos de gênero no cotidiano popular*. Rio de Janeiro, 2021.

BONTEMPO, Valéria Lima. Necropolítica, resistência, sacrifício e terror. *Organon*, Porto Alegre, v. 35, n. 69, p. 1-7, 2020. E-ISSN 2238-8915. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-8915.109468>.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Brasil atinge menor número de casos e mortes por Covid-19 desde 2020*. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/marco/brasil-atinge-menor-numero-de-casos-e-mortes-por-covid-desde-2020>. Acesso em: 2 out. 2025.

CORTES, Mariana; MACHADO, Carly. Editorial: *Religiões e Pandemia. Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872021v41n2editorial>.

DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO. *Escuta da sociedade civil sobre combate à pandemia de Covid-19 nas favelas e periferias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2020.

DISTÚRBIO/UERJ – Programa de Extensão em Arte, Política e Práticas Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.disturbio.uerj.br>. Acesso em: 17 out. 2025.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FERNANDES, Camila. “Aí eu não aguentei e explodi”: a expressão do “nervoso” feminino no cuidado com as crianças em territórios de favela. *Etnografias Contemporâneas*, v. 6, n. 10, p. 154-178, 2020.

G1. *Brasil tem maior média móvel de casos de Covid desde agosto; total de mortes chega a 181 mil*. G1, Brasil, 12 dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/12/12/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-12-de-dezembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>. Acesso em: 2 out. 2025.

GODOI, Rafael; ARAÚJO, Fábio; MALLART, Fábio. *Espacializando a prisão: a conformação dos parques penitenciários em São Paulo e no Rio de Janeiro*. Novos Estudos CEBRAP, 2019.

GUERREIRO, Clayton; ALMEIDA, Ronaldo de. *Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas Na pandemia covid-19*. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 49-73, 2021.

HODGES, Charles; MOORE, Stephanie; LOCKEE, Barbara; TRUST, Torrey; BOND, Aaron. *The difference between emergency remote teaching and online learning*. *EDUCAUSE Review*, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>. Acesso em: 2 out. 2025.

LEACH, Edmund R. **Ritualization in man in relation to conceptual and social development**, In: LESSA, Willian e VOGT, Evan F, (orgs.) *Reader in comparative religion*. New york, Harper e Raw, 1972. p.333-337.

MACHADO, Carly. **Rebanho de quem? Sobre religião, contágio e ideias que viralizam em tempos de pandemia**. DILEMAS – Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia, [S. l.], p. 1-14, 2020.

MAGALHÃES, Alexandre. **A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2020. (No prelo).

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Revista Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-136, dez. 2016.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MALLART, Fábio; ARAÚJO, Fábio. **Causa mortis determinada: a prisão**. Le Monde Diplomatique Brasil, 29 abr. 2020.

MALLART, Fábio; ARAÚJO, Fábio. **As valas comuns: imagens e políticas da morte**. Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Seção Especial Reflexões na Pandemia, 2020.

NATURE. **Global excess deaths associated with Covid-19 (2020-2021)**. Nature, v. 605, p. 335-341, 2022. DOI: 10.1038/s41586-022-05522-2. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41586-022-05522-2>. Acesso em: 2 out. 2025.

OBSERVATÓRIO FLUMINENSE. **Apresentação institucional e projetos em andamento**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://observatorio.ufrj.br>. Acesso em: 17 out. 2025.

OLIVEIRA, Cardoso R. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: UNESP, 2000.

PEIRANO, Mariza. **A teoria vivida e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

POLLAK, Michael. **Mémoire, oubli, silence**. In: ———. *Une identité blessée: études de sociologie et d'histoire*. Paris: Éditions Métailié, 1993. p. 13-39.

RUI, Taniele. **A inconstância do tratamento: no interior de uma comunidade terapêutica**. Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Seção Especial Reflexões na Pandemia, 2020.

SANJURJO, Liliana; AZEVEDO, Desirée; NADAI, Larissa. **Corpos, tempo e instituições: um olhar sobre os cemitérios na pandemia de Covid-19**. Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Seção Especial Reflexões na Pandemia, 2020.

SILVA, Andreia. **Os ritos “possíveis” de morte em tempos de coronavírus**. Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Seção Especial Reflexões na Pandemia, 2020.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.